

NOVEMBRO 2023

E·pharma

NEWSLETTER APIFARMA

à conversa com...

José Almeida Bastos

MÉDICO E ANTIGO DIRIGENTE INTERNACIONAL
DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Índice

EDITORIAL	03
À CONVERSA COM...	04
José Almeida Bastos, Médico e antigo Dirigente Internacional da Indústria Farmacêutica	
NOTÍCIAS	08
LEGISLAÇÃO	17
PHARMA EM NÚMEROS	18

Pela saúde das pessoas, temos de agir

Em 2001, uma resolução do Conselho de Ministros declarou o sector do medicamento e da Indústria Farmacêutica como de interesse estratégico para Portugal. Infelizmente, este reconhecimento não teve a necessária sequência política e legislativa nas duas décadas seguintes. Ao contrário de Portugal, muitos países perceberam a importância estratégica da Indústria Farmacêutica. Espanha, por exemplo, não hesitou em escolhê-la como um dos pilares do PRR. Em Portugal, não consta sequer do Plano Estratégico da AICEP- Agência para o Investimento e Comércio Externo.

Apesar da sua importância, perceptível para qualquer pessoa, esta é apenas mais uma demonstração da sucessiva desvalorização política do sector da Saúde. Outro exemplo é a desorçamentação crónica da saúde, com Portugal a manter-se 30% abaixo do investimento em Saúde da média dos países da OCDE. Investir em saúde deve ser uma prioridade de um País que se quer desenvolvido, justo e solidário. Um país que retém os seus talentos. Até quando os responsáveis políticos nacionais vão encarar a Saúde como uma despesa e não como um investimento nas pessoas, na sociedade e na economia?

A lucidez demonstrada por Espanha vai trazer enormes ganhos de saúde para os seus cidadãos, para a sustentabilidade do seu sistema de saúde e para a sua economia. Por cá, continuamos a alertar – com cada vez mais urgência porque a janela de oportunidade está a fechar-se – para a importância fundamental de passar do diagnóstico à acção e trabalhar para promover um *cluster* farmacêutico no nosso país.

Todas as grandes caminhadas começam por um pequeno passo e é urgente que seja dado, ainda com este Governo ou no início do mandato do próximo Executivo. Um passo que resolva definitivamente três problemas que dificultam o crescimento desta indústria em Portugal, mas também a captação de investimento estrangeiro para o sector da saúde.

Em primeiro lugar, é necessário publicar imediatamente a Lei da Investigação Clínica, cujo processo legislativo se arrasta. Depois, é igualmente urgente dotar os Centros de Investigação Clínica de autonomia e independência. Sem estes dois instrumentos haverá enormes dificuldades para aumentar a realização de ensaios clínicos em Portugal, com consequências muito negativas para o acesso à inovação e para a sustentabilidade do sistema de saúde.

Em terceiro lugar, é fundamental reforçar o quadro de pessoal do Infarmed. Está anunciada a abertura de 46 vagas, mas a Autoridade Nacional do Medicamento tem de assegurar condições atractivas para captar e reter talento. As pessoas com doença, quem pretende em investir Portugal, quem cria riqueza no país, e exporta cada vez mais, precisa de contar com um Infarmed robusto.

Há mais de 20 anos que percebemos para onde temos de avançar. Continuamos parados, a refazer diagnósticos já mais que feitos e a lesar seriamente a saúde dos portugueses, agora e no futuro, e a prejudicar o país. De uma vez por todas, abandonemos as hesitações. É preciso que os nossos responsáveis políticos, actuais e futuros, percebam a urgência de agir. Em breve, será tarde demais.



| João Almeida Lopes

Presidente da APIFARMA



“Portugal precisa de uma estratégia clara e uma obrigação de a executar com sentido de urgência”

à conversa com... **José Almeida Bastos**

José Almeida Bastos, Médico e ex-Dirigente Internacional da Indústria Farmacêutica, afirma que “é mais difícil, mas não impossível” a criação e sustentabilidade de um cluster de inovação biofarmacêutica em Portugal. Um objectivo que depende de “uma estratégia clara e, mais do que uma vontade, uma obrigação de a executar com sentido de urgência”, dando prioridade aos “aspectos que sendo mais fáceis de resolver têm impacto positivo em todo o processo”.

NA CONFERÊNCIA “ATRair INVESTIMENTO EM SAÚDE | VIVER MELHOR”, PROMOVIDA PELA APIFARMA, DISSE QUE SE “ESTÁ A FECHAR A JANELA DE OPORTUNIDADE” PARA ATRair INVESTIMENTO E FOMENTAR A INOVAÇÃO NO SECTOR DO MEDICAMENTO. O QUE CONDUZIU O PAÍS A ESTA SITUAÇÃO?

Estes processos são longos, complexos e necessitam inicialmente de uma clareza estratégica de curto e longo prazo. Precisam, também, de objectivos ambiciosos, de articulação entre as entidades públicas e privadas, e igualmente das

públicas entre si. A criação de um cenário atractivo que tornasse o País como um dos destinos naturais para a criação de um *cluster* de inovação biofarmacêutica é um objectivo que nunca foi conseguido.

É verdade que sempre estivemos atrasados e creio que não se valorizou adequadamente o papel crucial que os *clusters* relacionados com a saúde já tinham, e teriam no futuro, principalmente pelo efeito da inovação na economia e pelo “arrasto” que o sector da saúde tem sobre muitos outros. O desenvolvimento, ao longo das últimas décadas, de vários *clusters* importantes noutros países europeus torna cada vez mais difícil, mas não impossível, a sua criação e sustentabilidade. Acresce que assistimos a uma transição tecnológica que vem com as novas terapêuticas, acrescentando um maior grau de dificuldade dado que as organizações preferirão aproveitar as suas capacidades instaladas para as rentabilizar. Sabendo que um país mais pequeno e mais periférico tem normalmente mais dificuldades de atracção, cabe-nos trabalhar mais e de forma constante para conseguir alcançar os objectivos.

O QUE É NECESSÁRIO PARA QUE PORTUGAL CONSIGA, AINDA, CONSTITUIR UM CLUSTER DE INOVAÇÃO NA ÁREA BIOFARMACÊUTICA?

Uma estratégia clara e, mais do que uma vontade, uma obrigação de a executar com sentido de urgência, priorizando os aspectos que sendo mais fáceis de resolver têm impacto positivo em todo o processo (*quick wins*).

Existem vários documentos de diagnóstico que, tendo variações, têm muito em comum. De todas as formas, existem três aspectos na cadeia do *cluster* que podem ser atacados de forma prioritária. O primeiro é o aproveitamento das vantagens da revisão da legislação europeia de estudos clínicos para desbloquear e capacitar a rede hospitalar relevante para os realizar de forma mais intensiva e competitiva. Os outros dois elementos são o necessário plano de reforço da nossa capacidade farmacêutica industrial e logística e, ainda, a definição do processo de articulação das estruturas de investigação biomédica públicas e privadas.

O MAIOR PROBLEMA DO PAÍS É DIAGNOSTICAR DE MAIS E EXECUTAR DE MENOS?

Adoramos fazer diagnósticos, o que em si é bom, mas adoramos ainda mais discuti-los até à saciedade e, finalmente, contemplá-los com ternura. Acção, pouca, porque normalmente implica disrupção, assunto que temos por costume detestar.

O ACTUAL PERÍODO DE INSTABILIDADE POLÍTICA QUE VIVEMOS É UM OBSTÁCULO ADICIONAL A ESTE OBJECTIVO?

Não acho que faça grande diferença, dado o atraso que temos. Penso que, pelo contrário, este período poderia até ser aproveitado para colocar o assunto com mais visibilidade.





AUMENTAR A CAPACIDADE DE REALIZAÇÃO DE ENSAIOS CLÍNICOS É ESSENCIAL PARA PROMOVER O PAÍS COMO ATRACTIVO PARA O INVESTIMENTO EM INOVAÇÃO?

Absolutamente indispensável. Esta é até uma área em que, havendo alinhamento e vontade, poderia e deveria ser muito acelerada. Apesar de termos feito progressos nos últimos anos, estamos muito longe de poder competir – em número de doentes e de centros – com países da nossa dimensão como a Bélgica, Países Baixos ou Suécia. Estamos a começar a perder para a Hungria e Roménia, e, claro comparamos já muitíssimo mal com a Espanha que tem uma rede hospitalar de investigação clínica que se fortaleceu bastante nos últimos anos. Preparar a rede hospitalar para desenvolver investigação clínica de forma mais intensiva é uma condição necessária, embora não suficiente, para a atracção e desenvolvimento deste tipo de *clusters*. É urgente corrigir obstáculos como os tempos de aprovação de ensaios clínicos, os atrasos na inclusão ou a capacidade de decisão e autonomia dos centros de investigação clínica.

EM ESPANHA, A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA É UM DOS PILARES DO PRR E, TAMBÉM, O PRINCIPAL SECTOR INDUSTRIAL EM TERMOS DE DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO. O QUE PORTUGAL PODE APRENDER COM O SEU EXEMPLO?

Espanha percebeu, e bem, a importância de valorizar a Indústria Farmacêutica como um pilar estratégico. Portugal poderia aprender exactamente com esse exemplo, mas, infelizmente e pela experiência do passado, sabemos que provavelmente não o vai fazer.

ENCARAR A SAÚDE COMO UM INVESTIMENTO, E NÃO COMO UMA DESPESA, É UM FACTOR ESSENCIAL PARA ATRAIR INVESTIDORES NO SECTOR?

Tendemos a esquecer que os avanços médicos e tecnológicos na saúde são, quase sempre, bastante custo-efectivos. O caso clássico das vacinas, com que se evitam doenças, ou mesmo se erradicam, é um exemplo disso. Seria conveniente que os sistemas de saúde acompanhassem mais rapidamente a progressão científica e tecnológica a ocorrer na

biologia e nas ciências da saúde. O sector Biofarma está a dar respostas com inovações terapêuticas bastante mais complexas de desenvolver, produzir e distribuir, mas também mais eficazes e, muito importante, que se direccionam às áreas de necessidades médicas não satisfeitas (*unmet medical needs*). Algumas destas inovações têm resultados extraordinários e impensáveis há poucos anos. Estes novos paradigmas necessitam, assim, de respostas diferentes quer da indústria como um todo, quer dos sistemas e saúde e dos pagadores.

Do lado da indústria Biofarma, assegurar que sistematicamente se aportam dados que mostrem o valor da inovação, particularmente com estudos e projecções de impacto económico, que resultariam dos resultados clínicos positivos demonstrados. Do lado dos sistemas saúde e dos pagadores, assegurar os recursos humanos e financeiros necessários para que a análise e a decisão final de adopção da inovação relevante seja feita de forma acelerada, ao preço correcto, para os pacientes adequados que dela beneficiem.

A NECESSIDADE DE RE-INDUSTRIALIZAÇÃO DA EUROPA CONSTITUI UMA OPORTUNIDADE PARA REFORÇAR O SECTOR DA SAÚDE EM PORTUGAL, NOMEADAMENTE TENDO EM CONTA O SEU EFEITO “ARRASTADOR” DA ECONOMIA?

Os acontecimentos dos últimos anos mostram como é importante ter um *cluster* local com uma componente de produção e logística relevante, que possa minimizar impactos de eventos globais inesperados e rupturas de cadeias de distribuição. Acresce que coexiste, neste momento, uma mudança tecnológica que devíamos também ser capazes de assimilar no nosso território. Portanto, o reforço nacional da cadeia industrial nas suas várias vertentes, em especial por companhias nacionais e, embora mais difícil, também por companhias globais, deve ser uma prioridade estratégica do país.





Investimento em Saúde | É urgente avançar para medidas concretas

Iniciativa da APIFARMA discutiu a necessidade de agir rapidamente para potenciar o sector do medicamento em Portugal.

Os diagnósticos estão feitos, é preciso agir. Esta foi a mensagem central deixada pelos participantes na conferência “Atrair investimento em Saúde | Viver Melhor”, promovida pela APIFARMA e que decorreu na Culturgest, em Lisboa, no dia 9 de Novembro.

“Está a fechar a janela de oportunidade” para atrair o investimento e fomentar a inovação no sector do medicamento, avisou o *key note speaker* da conferência, José Almeida Bastos. Para o médico e ex-dirigente internacional da Indústria Farmacêutica, ou o país executa as medidas necessárias “ou não vamos ter um *cluster* que seja minimamente relevante em termos de inovação farmacêutica”.

O mesmo considerou Filipa Costa, da APIFARMA. A representante da Indústria Farmacêutica no Grupo de Trabalho criado por despacho do Ministério da Economia e do Mar, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Ministério da Saúde, afirmou que “está para breve o seu relatório final”, que “não trará surpresas aos participantes nesta conferência”. E desafiou: “A palavra de ordem é: ‘como vamos implementá-lo?’. Haja capacidade e haja vontade para o fazer”.

“Precisamos de sair do marasmo”, incitou o Presidente da APIFARMA, João Almeida Lopes, no encerramento da conferência. Recordou que “todas

as caminhadas começam por um pequenino passo” e sugeriu que este seja a aprovação imediata da Lei dos Ensaios Clínicos, acompanhada da atribuição de mais autonomia e independência dos Centros de Investigação Clínica (CIC). Só com estas ferramentas “podemos crescer” nesta área essencial para o país.

João Almeida Lopes defendeu também que, “de uma vez por todas, temos de ter uma Autoridade Reguladora com a agilidade necessária para se ajustar à dimensão crescente da área exportadora da Saúde” e que “funcione atempadamente em todas as frentes”. Por último, desafiou a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) a dar relevo estratégico ao sector da Indústria Farmacêutica, apoiando quem “mesmo sem apoio, consegue exportar”.

Uma ideia que tinha sido deixada no início da conferência pelo Presidente da Confederação Empresarial de Portugal (CIP), Armindo Monteiro. “Para conseguirmos atrair investimento em saúde, temos de encarar, de uma vez por todas, este sector como uma prioridade”, declarou.

Para o Presidente da CIP, “enquanto não tivermos a coragem de abandonar a ideia de que a saúde é uma despesa, dificilmente tornaremos Portugal um país atractivo para investidores deste sector”.



Falta um Plano Estratégico para a Indústria Farmacêutica em Portugal

A importância de um Plano Estratégico para a Indústria Farmacêutica em Portugal, foi frisada por António Donato, da APIFARMA, na sua intervenção. “Precisamos de uma política de incentivos para parcerias”, defendeu também, bem como “de majorar iniciativas que visam criar escala”, o que teria efeitos no aumento da capacidade exportadora do sector e na criação de emprego qualificado, retendo o talento que atualmente abandona o país.

Nuno Sousa, Vice-Presidente da Agência de Investigação Clínica e Inovação Biomédica (AICIB) acrescentou a “importância de capacitar e resolver o dogma entre a academia e a indústria”, que

considerou uma “visão ultrapassada que Portugal tem de resolver até ao nível regulamentar e de investimento”. A necessidade de trabalho em conjunto foi ainda partilhada pelo Presidente do Infarmed, Rui Santos Ivo, e por Ana Sampaio, da APDI – Associação Portuguesa da Doença Inflamatória do Intestino: “Falta o envolvimento de todos os *players*”, afirmou a dirigente.

Luís Rebelo de Sousa, Administrador da AICEP, deixou uma advertência quanto à necessidade de “estabilidade nas políticas públicas”, considerado que as “políticas plurianuais são a estabilidade que nos permite captar investimentos”.



José Zorro Mendes, Professor de Economia do Instituto de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (ISEG), concordou: “A estabilidade é essencial, pois alguém que queira investir em Portugal pensa três vezes”, um factor particularmente importante quando está em causa uma das “indústrias charneira do país”, como a Indústria Farmacêutica, que qualificou como “caso paradigmático da capacidade de arrastar a economia”

A crise política em curso foi ainda referida pelo Administrado da AICEP, que defendeu que estes momentos podem, também, “ser oportunidades” – mensagem que o deputado Jorge Seguro Sanches reforçou no segundo painel de debate. Os partidos do ‘arco da governação’ deveriam “entender-se em

sectores estruturantes”, concluiu o dirigente, “e área tão importante como a saúde, só a educação”.

Já a Presidente do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, Ana Paula Martins, revelou o “objectivo estratégico de em 3 a 5 anos” a instituição duplicar o número de ensaios clínicos que realiza. E defendeu ser essencial reforçar a autonomia do CIC deste Centro Hospitalar. “Se for preciso passamos o CIC para uma área em que possa ser mais autónomo”, assegurou Ana Paula Martins, “a nossa ambição é grande, queremos ser mais um La Vall d’ Hebron [importante *campus* hospitalar em Barcelona, marcado pela aposta na investigação e inovação] na Península Ibérica”.

Veja [aqui](#) a apresentação de José Almeida Bastos, *key note speaker* da conferência.



“A prosperidade do país depende do seu nível de investimento”

Armindo Monteiro



“Falta um Plano Estratégico para a Indústria Farmacêutica em Portugal”

António Donato



“Precisamos de sair do marasmo”

João Almeida Lopes



“Os diagnósticos estão feitos, as oportunidades estão identificadas. Há que agir!”

Filipa Costa



“Ou executamos o que temos de fazer, e deixamos de repetir diagnósticos que já estão feitos há anos, ou não vamos ter nenhum cluster que seja minimamente relevante em termos de inovação”

José Almeida Bastos



“Se queremos concretizar esta nossa missão, e fazer intervenção e não só diagnóstico, precisamos de uma política estratégica que concretize este investimento”

Nuno Sousa



“Os sectores específicos da Saúde têm ligações com outros sectores e arrastam toda a Economia por isso é desejável que haja um forte investimento em saúde”

José Zorro Mendes



“A nossa ambição é grande, queremos ser mais um La Vall d’ Hebron na Península Ibérica”

Ana Paula Martins



“Tem de haver uma articulação enorme entre todas as entidades”

Jorge Seguro Sanches



“A saúde tem de ser encarada como um investimento e não como uma despesa”

Rui Ivo



“As políticas públicas plurianuais trazem estabilidade”

Luís Rebelo de Sousa



“É quase impossível um doente de um hospital ser integrado num ensaio clínico de outro hospital”

Ana Sampaio

Proposta de Legislação Europeia reduz incentivos à inovação

A importância da atracção de investimento para a Europa foi uma preocupação referida por Nathalie Moll, a presidente da Federação Europeia de Associações e Indústrias Farmacêuticas (EFPIA), na conferência “Atrair investimento em Saúde | Viver Melhor”. Nathalie Moll recordou que a “pandemia fez crescer aposta na inovação”, mas que o continente tem perdido atracção neste domínio. “Temos agora três vezes menos ensaios clínicos do que na China”, disse, o que significa “menos saúde, menos empregos, menos *know how*”. Lembrando a revisão em curso da legislação farmacêutica europeia, que considerou uma oportunidade para

recolocar a Europa num lugar cimeiro da inovação, alertou que proposta apresentada pela Comissão Europeia “não é boa suficiente, não nos vai tornar líder na inovação, mas dependentes de outras áreas geográficas”, nomeadamente porque “reduz os incentivos à inovação”. Realçou, pois, a necessidade de os países da União Europeia se “unirem em torno do desafio” de melhorar este pacote legislativo.





Bolsa Universitária de Mérito “Portugal não pode deixar nenhum talento para trás”

Cerimónia pública assinalou a entrega das dez primeiras Bolsas Universitárias de Mérito APIFARMA.

Decorreu no dia 16 de Novembro, na Reitoria da Universidade de Lisboa, a cerimónia pública de entrega da Bolsa Universitária de Mérito APIFARMA aos 10 estudantes seleccionados pelo Júri.

“Portugal não pode deixar nenhum talento para trás” alertou o Presidente da APIFARMA, João Almeida Lopes. Por isso, defendeu, dirigindo-se aos estudantes, “tudo o que puder ser feito para vos ajudar é meritório”.

A necessidade de reter o talento no país foi outro tema abordado por João Almeida Lopes. Nesse sentido, recordou a proposta de Pacto Social recentemente apresentada pela Confederação Empresarial de Portugal (CIP), que previa a isenção de IRS nos rendimentos de trabalho até 100 mil euros para os jovens até 35 anos. “O seu objectivo era ajudar os talentos e promover a sua permanência no país”.

O Secretário de Estado do Ensino Superior, Pedro Nuno Teixeira, que encerrou a cerimónia, defendeu que “o futuro vai pedir mais qualificação”, qualificando a Bolsa como uma “celebração da importância da Educação”. Nas vésperas da celebração do 50.º aniversário de 25 de Abril, declarou a Bolsa Universitária de Mérito APIFARMA

como “um concretizar da esperança do regime democrático”. E defendeu que a democratização do Ensino Superior é “um desafio para quem tem responsabilidades públicas, mas também para todos nós”.

Na sua primeira cerimónia oficial enquanto Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), o que considerou ser uma circunstância “extremamente positiva”, Paulo Jorge Ferreira saudou a APIFARMA pelo “empenho em distinguir e promover o talento, que é um bem raro”. No início da cerimónia, Luís Ferreira, o Reitor da Universidade de Lisboa, louvou o apoio que esta Bolsa representa para os alunos, reforçando ainda o “valor simbólico extraordinário que significa o reconhecimento do mérito e do esforço”.

No final da cerimónia pública, que contou com a presença do antigo Presidente do CRUP, António de Sousa Pereira, e dos membros do Júri, os estudantes pronunciaram umas breves palavras, agradecendo o reconhecimento do seu esforço e dando nota do impacto da Bolsa no seu percurso académico e de vida.

Mais saúde e melhor vida com políticas públicas e inovação

Políticas públicas de promoção da saúde e da inovação estiveram em debate.

A inovação e a prevenção são elementos fundamentais para garantir melhor qualidade de vida e mais saúde. Esta foi uma das principais conclusões da conferência “Mais Saúde, Melhor Vida”, organizada pelo Conselho da Saúde, Prevenção e Bem-Estar da Confederação Empresarial de Portugal (CSPBE-CIP), da qual a APIFARMA é parceira.

A sessão teve lugar no dia 27 de Novembro, no Centro Cultural de Belém, e contou com a participação de diversos especialistas, que debateram a importância das políticas públicas de promoção da saúde e da inovação.

João Almeida Lopes, Presidente da CSPBE-CIP, salientou que é “fundamental haver um maior investimento em saúde”. Atendendo ao aumento da esperança média de vida, apontou como desafio garantir a qualidade de vida às pessoas e reforçou a importância da “independência estratégica” da União Europeia.

Também o Presidente da Confederação Empresarial de Portugal-CIP, Armindo Monteiro, sublinhou que a saúde deve ser “encarada como uma prioridade”, sendo necessário “um sistema de saúde que conte com todos, numa convergência de esforços entre público, privado e social, sempre com as pessoas no centro das preocupações e das respostas”.

Para o Alto-Comissário da Convenção Nacional da Saúde, António Lacerda Sales, que participou como

keynote speaker na sessão, prevenção é a palavra-chave para assegurar mais saúde à população.

Também o recurso a novas tecnologias, nomeadamente inteligência artificial, é fulcral para garantir melhor vida às populações, conforme referiu e exemplificou o segundo *keynote* da conferência, Miguel Mascarenhas, CEO da DigestAID e fundador da Unidade de Medicina de Precisão do Hospital de São João.

A aposta na prevenção, com a criação de políticas públicas elaboradas a pensar no cidadão, foi igualmente enfatizada durante o painel de debate moderado pela Presidente da Associação Nacional das Farmácias, Ema Paulino. Participaram nesta discussão Alexandre Guedes da Silva, Presidente da Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla, o Chef Nuno Queiroz Ribeiro, Rita Bonacho, Vogal da Confederação dos Agricultores de Portugal, e Rui Minhós, Administrador da Tabaqueira.

A inovação ao serviço das pessoas foi o tema central do painel de debate moderado por Óscar Gaspar, Presidente da Associação Portuguesa de Hospitalização Privada, e no qual participaram Luís Pereira, Director-Geral da Medtronic, Miguel Mascarenhas, CEO da DigestAID, Pedro Duarte, Director de Assuntos Externos e Jurídicos da Microsoft, e Ricardo Baptista Leite, Director Executivo da I-DAIR.





APIFARMA e a Câmara do Comércio Luso-Alemã assinam protocolo para promover formação qualificada

Uma parceria que beneficia a Indústria Farmacêutica e estudantes da escola DUAL.

No dia 23 de Novembro, na sede da APIFARMA, decorreu uma cerimónia de assinatura de Protocolo entre a APIFARMA e a Câmara do Comércio Luso-Alemã (CCLA). Um acordo celebrado com o objectivo de promover formação qualificada através da DUAL (escola de formação profissional da CCLA) nas empresas associadas da APIFARMA.

Este protocolo decorre da necessidade identificada pelas empresas de base produtiva nacional quanto à contratação de recursos humanos com formação técnico-profissional. A APIFARMA tem vindo a desenvolver estratégias de colaboração com instituições de formação para dotar as empresas de recursos humanos especializados, nomeadamente ao nível da manutenção de máquinas e edifícios, para potencial e futura contratação.

Mostrando grande satisfação com a assinatura deste protocolo, o Presidente da APIFARMA, João

Almeida Lopes, salientou que o mesmo é “duplamente virtuoso”. Para os alunos da DUAL, ao realizarem estágios em empresas com uma “elevada componente tecnológica, onde podem aumentar e valorizar os seus conhecimentos”, e para a Indústria Farmacêutica de base produtiva nacional, que “numa altura em que o talento é um activo cada vez menos abundante, pode contar com estes jovens formados numa escola de referência na qualificação de recursos humanos”.

O Presidente do Conselho Directivo da CCILA, Markus Kemper, referiu a importância de tornar efectivo este Protocolo, dando resposta às necessidades da Indústria Farmacêutica. Salientou, ainda, que a taxa de empregabilidade destes cursos é superior a 95%.

Conheça [aqui](#) o protocolo assinado.

Registo de Saúde Electrónico Único tem de estar centrado no utilizador

Debate promovido pela Comissão Nacional da Saúde teve como foco a digitalização.

A APIFARMA enquanto parceira da Convenção Nacional de Saúde, esteve presente na conferência “A Digitalização da Saúde ao Serviço das Pessoas”, que se realizou no dia 15 de Novembro, na Ordem dos Médicos, em Lisboa.

O Ministro da Saúde, neste debate promovido pela Convenção Nacional da Saúde (CNS), abordou o Registo de Saúde Electrónico Único (RSEU), cuja construção “tem de ser um acto de inteligência”, promovendo o que é “mais relevante e perceptível para o utilizador”. Considerando a CNS um espaço de diálogo ímpar no sector da saúde, Manuel Pizarro afirmou ainda que o RSEU “tem de ser baseado no utilizador, não no sistema de saúde a que este recorre”.

A importância dos dados em Saúde enquanto “alavanca da economia, das parcerias público privadas”, mas também da investigação em saúde, foi a tônica colocada pelo Secretário de Estado da Digitalização e Modernização Administrativa, Mário Campolargo. A Presidente dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS), Sandra Cavaca, elencou um conjunto de prioridades a implementar até Junho de 2025, como a modernização do parque informático do SNS e a reforma dos sistemas de informação para o cidadão e profissionais de saúde. Quanto ao RSEU, adiantou que “já está a ser elaborado um protocolo com um grupo privado de saúde”.

A importância do Espaço Europeu de Dados de Saúde (EEDS) foi abordada por Fulvia Raffaelli, à frente da unidade de Saúde Digital da Comissão

Europeia. Qualificando-o como a “espinha dorsal” da união europeia da Saúde, considerou estarmos perante uma “oportunidade única” de colocar a União Europeia na vanguarda mundial deste sector.

António Lacerda Sales, Alto-Comissário da CNV defendeu a “prioridade estratégica” de uma revolução digital na Saúde. Eurico Castro Alves, o Presidente da Convenção, sublinhou que “importa não deixar passar os *timings*”, o que mereceu o acordo de Óscar Gaspar, Presidente da Associação Portuguesa de Hospitalização Privada: “Como no PRR, ou concretizamos ou perdermos a oportunidade de uma vida”.

João Almeida Lopes, Presidente da APIFARMA, qualificou o o trabalho da SPMS como “muito meritório”, avisando, porém, para os riscos de o país ficar dotado de ferramentas muito avançadas que “não funcionam”. O Bastonário da Ordem dos Médicos, Carlos Cortes recordou a importância de não criar “dificuldades com a quantidade de programas existentes”, lembrando o estudo que “contabilizou mais de 30 programas informáticos nos cuidados primários”.

Se Paulo Gonçalves, da União das Associações das Doenças Raras de Portugal, lembrou que “esta revolução tem de ser comunicada e que as associações de doentes têm aqui um papel crucial”, Cátia Pinto, da SPMS, abordou aspectos mais técnicos, nomeadamente a importância de ser aprovado o Regulamento Europeu de Dados de Saúde.





APIFARMA contribui para a discussão sobre o acesso a medicamentos e terapias avançadas

APIFARMA propõe a criação de modelos de partilha de risco financeiro em função dos resultados clínicos.

A medicina de precisão, as terapias avançadas e os novos antibióticos exigem soluções que garantam o acesso a diagnóstico e tratamentos inovadores, beneficiando a saúde das pessoas com doença e contribuindo para a sustentabilidade do sistema de saúde.

A necessidade de encontrar novos modelos que permitam este acesso atempado é uma questão que interpela e exige uma resposta de todos. Contribuindo para esta discussão, a APIFARMA propõe a criação de modelos de partilha de risco financeiro em função dos resultados clínicos alcançados promovendo um financiamento sustentável.

Esta proposta tem por base a medição da efectividade e dos resultados observados no mundo real como premissas ao financiamento da inovação farmacêutica, e poderá revestir um formato de prestação de serviço (pagamento enquanto a terapia funcionar) ou, em alternativa, de metas pré-acordadas para determinados períodos. A Indústria Farmacêutica defende que deverão ser discutidas soluções que permitam remover dos hospitais o risco financeiro decorrente do uso destas tecnologias devido ao dilema associado a

muitas destas tecnologias – administração única ou num curto prazo com resultados clínicos esperados por longos períodos.

Paralelamente, a APIFARMA também apresenta aos restantes parceiros outras propostas sobre o processo de avaliação destas tecnologias, nomeadamente, a realização de reuniões de discussão prévia (anteriores à introdução no mercado e no âmbito da avaliação de financiamento), tendencialmente vinculativas, com as principais partes interessadas. O objectivo destes encontros seria o de debater aspectos críticos da avaliação, da evidência necessária e dos modelos de financiamento destas tecnologias. A Indústria Farmacêutica frisa, por outro lado, a importância de uma avaliação mais holística, tendo em conta outros elementos de valor, para além da longevidade e da qualidade de vida relacionada com a saúde das pessoas com doença.

A APIFARMA defende a criação de um registo de utilização destas novas tecnologias, permitindo a sua comparação a nível europeu.

Poderá consultar o documento de posição [aqui](#) e as mensagens-chave [aqui](#).

Legislação

Legislação Novembro 2023

Unidades Locais de Saúde

O Decreto-Lei n.º 102/2023, de 7 de Novembro, procede à criação, com natureza de entidades públicas empresariais, de unidades locais de saúde.

Retribuição mínima mensal garantida para 2024

O Decreto-Lei n.º 107/2023, de 17 de Novembro, actualiza para €820,00 o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2024.



PHARMA EM NÚMEROS

A ENCARGOS PÚBLICOS COM MEDICAMENTOS - YTD (NOVEMBRO) 2023

DÍVIDA DAS ENTIDADES PÚBLICAS ÀS EMPRESAS FARMACÊUTICAS



| Portal da Transparência do SNS

■ DÍVIDA TOTAL
■ DÍVIDA VENCIDA

FINANCIAMENTO PÚBLICO DE INOVAÇÃO TERAPÊUTICA - DECISÕES

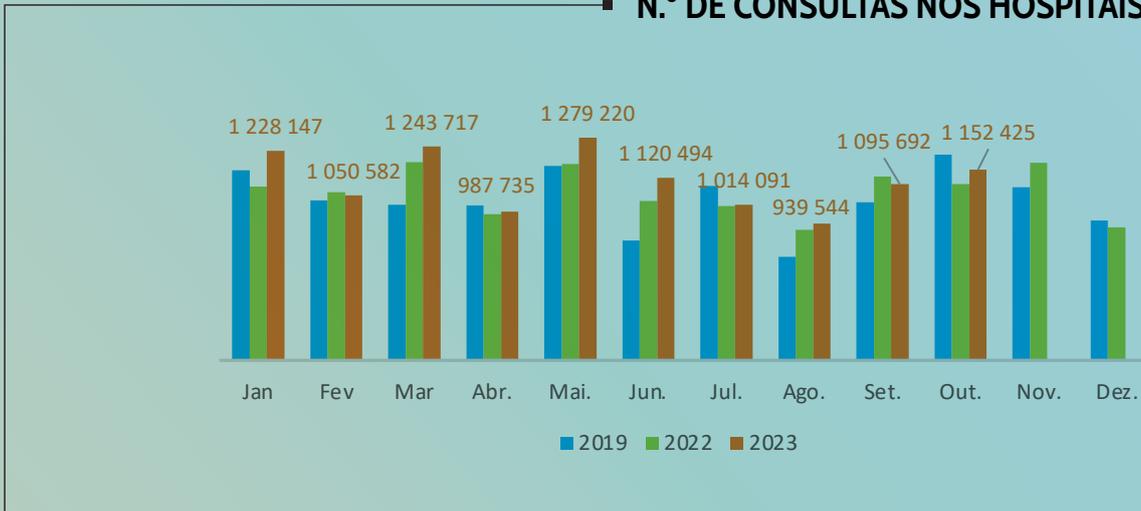


| Portal da Transparência do SNS

■ NIs (novas indicações de medicamentos inovadores)
■ DCIs (novas moléculas)

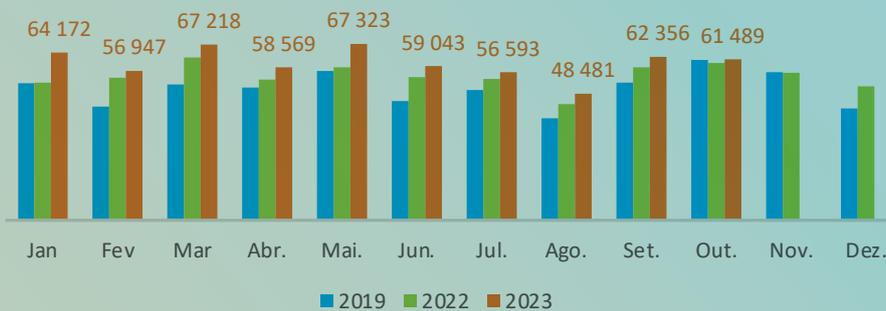
B **ACTIVIDADE ASSISTENCIAL DA SAÚDE**

▪ **N.º DE CONSULTAS NOS HOSPITAIS**



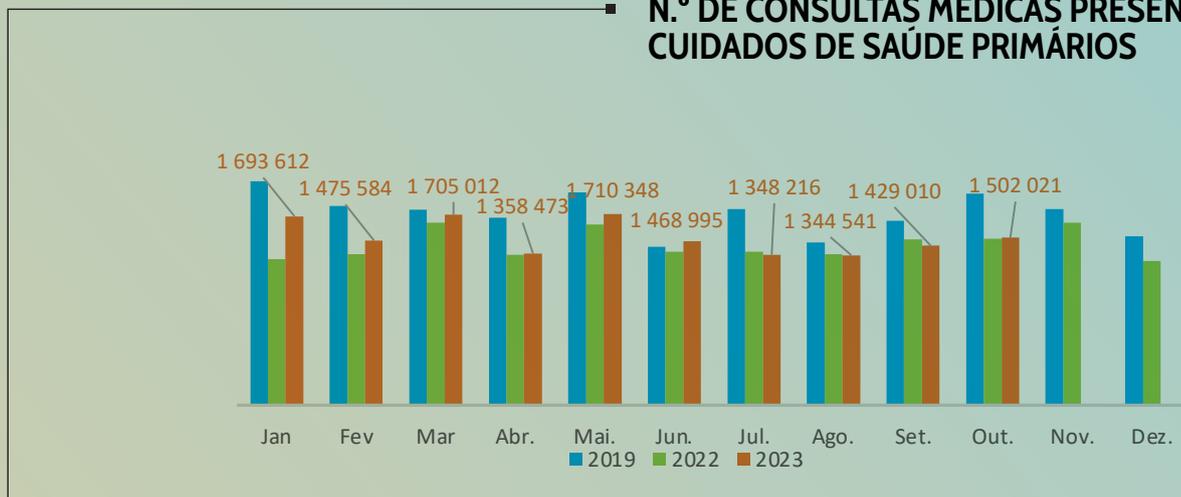
| Portal da Transparência do SNS

▪ **N.º DE INTERVENÇÕES CIRÚRGICAS PROGRAMADAS**



| Portal da Transparência do SNS

▪ **N.º DE CONSULTAS MÉDICAS PRESENCIAIS NOS CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS**



| Portal da Transparência do SNS

e·pharma

Newsletter Novembre 2023